

**O POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) E DO ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA (APL.COM) EM BONITO-MS**

**MLTON CESAR GASPARINI DE ANDRADE JUNIOR**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

**FERNANDA SAPIA SILVA**

**JOÃO PEDRO FERRAZ ZANETONI**

**GERALDINO CARNEIRO DE ARAÚJO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

# **O POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) E DO ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA (APL.COM) EM BONITO-MS**

## **1. Introdução**

O turismo é o resultado da vivência contemporânea, cujos serviços emanam formas confortáveis e prazerosas de se viver, porém acessíveis a poucos. Esta mercadoria passou a integrar a economia mundial a partir da segunda metade do século XX, juntamente com a expansão do capitalismo, do avanço das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da luta dos trabalhadores por tempo livre (ARAÚJO; GELBCKE, 2008). Segundo Cooper et al (2000) o setor de serviços, englobando o Turismo, é responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) em países em desenvolvimento, ao passo que nos países de economia central ou industrializados esse valor corresponde a 65%.

Por meio da análise das informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, do Ministério do Trabalho, é possível observar que o mercado turístico, entre o ano de 2004 e 2008 gerou cerca de 1,5 milhão de novos empregos e ocupações, no que se diz respeito às atividades características do turismo, de acordo com a OMT (SILVA et al., 2009). Os dados comprovam o efetivo poder deste setor dentro do mercado mundial, gerando expressivas vantagens competitivas. Todavia este crescimento não é sinônimo de retorno econômico e social para as regiões turísticas. Tendo como exemplo, os países do Hemisfério Sul, no qual diante de todo o dinheiro gasto pelos turistas durante as viagens, apenas cerca de  $\frac{1}{4}$  deste valor fica na região, sendo que os outros  $\frac{3}{4}$  são distribuídos entre agências de viagens, companhias aéreas, hotéis e demais empresas internacionais (PINCE, 2007).

O que se presencia é que mesmo diante de um planejamento turístico prévio, a criação de negócios com visões estritamente econômica e comercial, no que se diz respeito ao turismo, seja por parte do poder público e/ou dos investidores, tem gerado diversos fatores negativos aos espaços turísticos e sua população (ARAÚJO, 2011). Foram identificados em vários territórios: vazamentos de renda, desestruturação da cultura local, descaracterização dos ambientes naturais, especulação imobiliária, precariedade nos empregos gerados – salários baixos e instabilidade/sazonalidade – e marginalização da população local (SILVA et al., 2009).

O contexto vigente demonstra a urgência de quebra deste modelo, uma vez que suas atividades econômicas estão correlacionadas a um sistema político-operacional que liquida os recursos naturais e despreza as comunidades locais (MENDONÇA, 2009). Diante disto, é preciso construir uma economia que considere os impactos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos, produzindo um modelo menos excludente (SAMPAIO, 2008). Como alternativa para atenuar as inconveniências do modelo tradicional de turismo, é indicado o Turismo de Base Comunitária (TBC).

Nesta forma de turismo, a inserção de grupos menos favorecidos socioeconomicamente é feita na cadeia produtiva do turismo; valoriza-se a região, a identidade cultural e a conservação ambiental (ARAÚJO, 2008). O produto do TBC se difere do turismo de massa, uma vez que abarca os costumes e visões da própria comunidade nas atividades que desenvolve. Os turistas passam por momentos de integração cultural, por meio dos produtos e serviços oferecidos. Este modelo de desenvolvimento entende que o protagonismo das comunidades locais é o modo ideal de inclusão social, por meio da autogestão, do cooperativismo/associativismo e da valorização cultural (SILVA, 2009)

Derivado do TBC, o Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.COM) apresenta sua proposta estruturada por meio da promoção de autonomia econômica dos trabalhadores locais, e para além disso, visa estabelecer uma rede horizontal de cooperação entre pequenos produtores rurais e costeiros, micro empreendimentos urbanos, consumidores

conscientizados, associados ou individualizados, instâncias governamentais e sociedade civil organizada; o objetivo é superar a competitividade utilitarista econômica (ARAÚJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004). Emerge a oportunidade para que os turistas tenham contato com temáticas relacionadas à preservação da natureza e à conservação de modos de vida tradicional, combinando os aspectos ecológico e social que se evidenciam no turismo (SAMPAIO, 2008). Diante deste contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar sob a perspectiva dos atores do APL do turismo de Bonito-MS, o potencial do TBC e do APL.COM.

## **2. Referencial Teórico**

A seguir, apresenta-se subcapítulos com os aportes conceituais que compõem a matriz teórica que sustenta a pesquisa. Inicia-se pela compreensão de Arranjo Produtivo Local (APL), em seguida exploram-se as definições de Turismo de Base Comunitária (TBC), e por fim, elucida-se o conceito de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.COM).

### **2.1. Arranjo Produtivo Local (APL)**

O APL é sinônimo do termo anglo-saxão *cluster*, contemplado pelos estudos da área da economia industrial e da geografia econômica, ressaltando a perspectiva sociopolítica (SAMPAIO, 2009). Tal denominação é utilizada para ilustrar uma forma de organização industrial, que se configura como um aglomerado de empresas (normalmente de pequeno e médio porte) próximas e associadas entre si por meio de pequenas divisões de trabalho. A mediana dimensão das empresas indica a acanhada existência de barreiras, seja de capital, de conhecimento técnico ou de qualquer outra espécie. A estruturação desses empreendimentos, costumeiramente, apresenta um produto representativo, ao qual se concentram esforços em seu entorno, no que se diz respeito ao desenvolvimento de atividades subsidiárias a montante e a jusante (COSTA; COSTA, 2007).

Os atores integrantes do APL medem suas ações conforme as situações presentes, sendo que ações relacionadas à competitividade (possíveis de se obter via mercado ou por mérito próprio) ocorrem de maneira individualista; já situações em que os esforços individuais não são capazes de sozinhos gerarem vantagens competitivas, no que diz respeito à competitividade do empreendimento em seu mercado, ações conjuntas podem representar a possibilidade de novos caminhos, que permitam superar as deficiências existentes, mesmo que esses benefícios também decaiam sobre outros concorrentes. Ações que careçam por envolvimento cooperativo, mas não agregam positivamente o fortalecimento da posição de mercado no atributo em que se concorre, têm chances mínimas de sucesso, a menos que haja um consenso entre os agentes vinculados, de que as pressões competitivas externas são frutos da capacitação da APL em um novo fator de competitividade (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1995; POSSAS, 1999).

### **2.2. Turismo de Base Comunitária - TBC**

O TBC emana como alternativa ao turismo de massa, permitindo que grupos menos favorecidos socioeconomicamente possam ingressar na cadeia produtiva do turismo. É a construção de um turismo que valoriza a região, a identidade cultural e a conservação ambiental (ARAÚJO, 2008). No modelo turístico comunitário, os residentes integram todas as fases da construção das atividades turísticas, desde o planejamento até o efetivo desenvolvimento. Deste modo, os moradores desenvolvem sua economia, valorizam as oportunidades do lugar, e fomentam a criação de uma cultura participativa, que integra todos os atores da região. Esta união permite a criação de estruturas adequadas as condições de vida local e a oferta de serviços turísticos aos visitantes (CORIOLANO, 2009).

Se de um lado grandes hotéis e *resorts* são sinônimos de um acúmulo concentrado de

capital, na mão de poucos; as pousadas ou os pequenos hotéis permitem a construção de uma nova imagem, de um turismo que valoriza a cultura local e difunde os lucros. As ações deste modelo turístico criam territorialidades, permitindo que destinos até então “invisíveis” se tornem locais de visitação, com a constru o de novos roteiros (CORIOLANO, 2009). No caso do TBC, o reconhecimento de um território está relacionado a identifica o de particularidades de uma região, para a constru o de um turismo emancipador e educativo, capaz de se transformar em uma estrutura multisetorial que integre os tradicionais setores da economia local (ARAÚJO; GELBCKE, 2008)

O produto TBC, diferente do turismo de massa, engloba os costumes e visões da comunidade anfitriã em suas diversas composi es. Os visitantes partilham de um intercâmbio cultural, por meio dos produtos e serviços oferecidos, que lhes permitem vivenciar uma cultura diferente da sua e construir novas visões. Este modelo de desenvolvimento enxerga no protagonismo das comunidades locais, uma nova oportunidade de inclusão social, por meio da autogestão, do associativismo/cooperativismo e da valoriza o cultural (SILVA, 2009). O TBC apresenta um turismo alternativo, que foge da lógica capitalista de lucro e controle dos impérios empresariais. Ele apresenta uma estrutura sustentável de desenvolvimento, pautado em uma concep o histórico-cultural, que sofre muta es conforme as defini es de cultura são construídas (SILVA; MARTINS, 2012). Sua base se sustenta em iniciativas que contemplam aspectos ambientais, tecnológicos, históricos e sociais, cujo núcleo de suas atividades está relacionado ao modo de vida da popula o local, envolvendo religião, gastronomia, etnia, danças, artes manuais, visuais, musicais e c nicas, manifesta es folclóricas, dentre outras expressões cívicas e políticas (MARTINS; D JARDIN; SILVA, 2013).

Maldonado (2009) define TBC como forma de organiza o empresarial, sustentada pelo preceito da autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, respeitando os princípios de coopera o, equidade no trabalho e divisão justa dos benefícios gerados pela presta o de serviços turísticos. Irving (2009) complementa o pensamento dando ênfase aos aspectos positivos que transpassam fatores meramente econômicos e sociais: como a valoriza o da cultura, dos modos de vida, das tradi es e das cosmologias locais, que por meio de suas intera es criam um ambiente simbólico permissivo ao intercâmbio cultural de diferentes identidades; viabilizando a cria o de entendimentos  ticos quanto as dimensões do trabalho, social, cultural, política, humana e do próprio entendimento de vida e sociedade.

Nesta perspectiva, o TBC surge para quebrar paradigmas em meio a um modelo turístico desigual e excludente, que marginaliza atores de sua própria história. O TBC se baseia na rela o dialética entre turista e comunidade receptora, de modo que ambos cooperem para constru o de a es sustentáveis que amparem um modelo de desenvolvimento participativo, que alie padrões de consumo e estilos de vida a fatores ambientais, sociais e econômicos (SAMPAIO, 2007). Com isto, visa-se resgatar valores de coopera o, solidariedade, compromisso com todas as formas de vida, com a paz e com a justiça; estes preceitos nascem a partir de constru es coletivas, nas quais os membros partilham da expectativa de melhora na qualidade de vida, autonomia e reconhecimento enquanto ser social, sem que pra isso tenham que se sujeitar a lógica utilitarista presente (SAMPAIO; ALVES; FALK, 2008). Buscando compreender a complexidade dos fatores envolvidos no TBC e baseado na análise do arcabouço teórico do tema, Fabrino (2013) delineou seis elementos-chaves que integram a constru o de um modelo turístico de base comunitária, sendo eles: dominialidade, organiza o comunitária, democratiza o de oportunidades e reparti o de benefícios, integra o econômica, interculturalidade e qualidade ambiental.

### **2.3. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária – APL.COM**

O termo APL.COM se deriva das denominações Arranjo Institucional (AI) e Arranjo Produtivo Local (APL). A primeira denominação é relacionada aos estudos da sociopolítica, que trata das inter-relações de entidades e normas legislativas e organiza as interações entre os envolvidos; a pretensão é alcançar objetivos sociais por meio de uma estrutura constituída do conjunto de organizações públicas e privadas, regras e leis, que juntas propiciam a aplicação de uma determinada política (FOX, 1976).

Com ênfase associativa comunitária, nasce o APL.COM, que se sustenta sob a perspectiva da economia solidária, defendendo a existência da solidariedade na economia e dos direitos iguais entre os que se associam para financiar, comercializar, produzir ou consumir mercadorias (SINGER, 2002). Sampaio (2008) trata dos APL.COM como redes de organizações socioprodutivas locais qualificadas como associativas, comunitárias, socioempreendedorismo compartilhado ou individual, que pressupõe responsabilidades socioambientais em suas ações, organizados por meio de arranjos institucionais, que se reconhecem como parte de um território e prezam pelo conhecimento tradicional-comunitário, determinado por sua capacidade de gerar demandas e propostas que englobam o modo de viver regional, visto a partir da óptica dos próprios moradores. Deste modo, a APL.COM considera grupos organizados formal ou informalmente, intitulados de socioempreendimentos compartilhados, que integram a economia de mercado, sem deixar de lado a dinamicidade comunitária relacionada ao território.

O APL.COM é caracterizado por um micro empreendimento compartilhado (articulado), que transpõe a lógica consumista utilitarista econômica, o que instiga a ideia de uma racionalidade coletiva; fomenta a criação de uma rede horizontal de cooperação entre pequenos produtores rurais, micro empreendimentos urbanos, instâncias governamentais, consumidores conscientizados, associados ou individualizados e sociedade civil organizada (ARAÚJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004). Neste modelo, tal rede horizontal vivencia uma dialética que combina diferentes interesses econômicos, ambientais e sociais, entendendo que os modos de produção, distribuição e consumo podem existir no nível comunitário (SAMPAIO; DALLABRIDA; PELLIN, 2011).

Tratando-se de arranjos produtivos de cunho comunitário, é proveitoso instigar a criação de organizações autogestionárias do tipo associativas, que integrem em suas atividades pessoas e grupos excluídos da economia de mercado (SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006). De acordo com Sampaio (2007) no momento em que for dado aos socialmente excluídos tratamento especial, uma outra economia surgirá, isto é, instigando políticas públicas capazes de combater a grande mortalidade de empreendimentos populares que, em sua maioria, não conseguem se consolidar na economia de mercado, na qual prevalecem empresas com alto poder econômico e tecnológico, com profissionais altamente qualificados e, também, com facilidade de acesso ao crédito.

O APL.COM estabelece um processo de conhecimento da realidade da qual a decisão organizacional instiga, de modo a superar a participação meramente motivada por interesses individuais e descompromissada do bem comum. Aspectos estes tidos como importantes para a construção de outra economia. Melhor dizendo, a autogestão estimula práticas relacionadas ao empreendedorismo coletivo, visto como instrumento de garantia de direitos iguais aos associados. O princípio autogestionário permite a modificação de estruturas nos sistemas de gestão empresarial, de modo que incentiva a descentralização do poder e o senso de responsabilidade compartilhada; colabora para o aumento da lucratividade e do bom posicionamento de mercado; permite uma justa remuneração da força de trabalho (acima da média do mercado); valoriza a contínua capacitação dos trabalhadores; e amplia os espaços de inclusão social e exercício da cidadania. Sendo assim, o mercado passa a ponderar imperativos sociais e econômicos em suas decisões, o que acarreta na formação da sustentabilidade econômica (SACHS, 2003; SAMPAIO; MANTOVANELI JUNIOR;

PELLIN, 2004).

Trata-se de agregar valor aos pequenos negócios, a partir do planejamento participativo, que entende que a própria participação é a principal estratégia de desenvolvimento, para que com isso se aumente a possibilidade de existência socioempresarial, diante de uma economia de mercado (GONDIM, 1989; SACHS, 1986). Portanto, parte-se da premissa de que os arranjos socioprodutivos de base comunitária são meios estratégicos que instigam o desenvolvimento de uma economia que fomenta comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de vida próprios, participando ativamente das decisões que envolvem seu respectivo processo de desenvolvimento, tornando-se uma possível alternativa na busca de uma sociedade que se quer menos hegemônica (SAMPAIO, 2008).

### **3. Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo possui caráter descritivo e exploratório, com abordagem essencialmente qualitativa. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013) a pesquisa descritiva se dá por meio da coleta e apontamento de diversas informações que torneiam o tema em questão; busca-se o estudo de forma descritiva, das características e perfis importantes de determinadas pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise. Uma característica importante da pesquisa exploratória diz respeito ao aprofundamento de conceitos previamente investigados, não contemplados de maneira satisfatória. Portanto, contribui para a elucidação de questões previamente estabelecidas, que necessitam de buscas mais profundas (RAUPP; BEUREN, 2003).

A abordagem qualitativa inclui um conjunto de técnicas interpretativas que buscam entender, descrever, decodificar e traduzir os dados coletados, visando compreender o real significado, e não a frequência, de forma mais ou menos natural dentro o mundo social (COOPER; SCHINDLER, 2011). De acordo com Godoy (1995) a pesquisa qualitativa se envolve com a obtenção e estudo de dados descritivos que buscam entender pessoas, lugares e processos interativos, pelo contato direto entre o objeto de análise e seus envolvidos; o objetivo é compreender fenômenos, segundo a perspectiva do participante da situação em estudo.

Nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso, que segundo Yin (2010) é utilizado para a compreensão de fenômenos da vida real, em sua profundidade, englobando consigo diversas condições contextuais. Escolheu-se Bonito-MS como caso, por sua notoriedade no cenário nacional e internacional, reconhecido como polo do ecoturismo no Brasil; recebeu no ano de 2013, o prêmio *World Responsible Tourism Awards*, na Feira *World Travel Market* realizada em Londres, por ter sido considerado o melhor destino de turismo responsável do mundo. O município conta com mais de 40 atrativos, relacionado principalmente as paisagens naturais, mergulhos em rios de águas transparentes, cachoeiras, grutas, cavernas e dolinas.

A pesquisa de campo ocorreu no período de 4 a 5 de abril de 2019, por meio de visitas presenciais nos empreendimentos e atores pesquisados. A obtenção dos dados foi realizada por meio de entrevistas: este tipo de ferramenta pressupõe uma indagação direta, entre no mínimo duas pessoas, com o propósito de explorar uma determinada situação, de acordo com a perspectiva do entrevistado (BERTUCCI, 2009). Segundo Duarte (2004) o pesquisador realiza uma espécie de mergulho em profundidade, permitindo a compreensão de como o entrevistado percebe e significa a realidade em sua volta, tão quanto, identificar as lógicas que permeiam as diversas relações que se estabelecem no interior do grupo estudado.

As entrevistas foram realizadas com 7 membros que compõem o APL de Bonito-MS, sendo eles: 2 pousadas, 2 restaurantes, 1 artesã e 2 integrantes do poder público. Fabrino (2013) propôs elementos-chave para o TBC. Considerando o APL e o potencial do APL.COM de Bonito-MS e, ainda, o escopo dessa pesquisa, com base em Fabrino (2013), chegaram-se as seguintes categorias de análise: 1. Dominialidade (propriedade; gestão e mão de obra); 2.

Organização Comunitária (organização interna); 3. Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios (mecanismos financeiros e acordos comunitários); 4. Integração econômica (fornecimento de insumos e comercialização de produtos) e 5. Qualidade Ambiental (saneamento ambiental e manejo dos recursos naturais).

Para tratamento dos dados se fez uso da análise de conteúdo, que segundo Roesch (2013) utiliza uma série de procedimentos para levantar várias implicações válidas a serem analisadas a partir de um determinado texto. Moraes (1999) elucida a análise de conteúdo dizendo ser um método de pesquisa utilizado para descrever e interpretar um determinado conteúdo pré-estabelecido de uma classe de documentos e/ou textos. Essa análise acompanha descrições semânticas e ajuda a reinterpretar as mensagens estabelecidas de forma a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que transcende uma simples leitura comum.

#### **4. Análise e Resultados**

Com enfoque nas experiências práticas e embasado nas teorias existentes, este capítulo apresenta os resultados encontrados por meio da pesquisa de campo e suas correlações com os conceitos desta pesquisa. Inicialmente é apresentado o APL de Bonito-MS, em sequência é revelado o potencial do TBC e finaliza-se com a análise do APL.COM.

##### **4.1 O Arranjo Produtivo Local (APL) de Bonito-MS**

Os APLs surgem a partir da ideia de que a união de atividades econômicas em uma mesma região é capaz de propiciar a transferência de conhecimentos especializados, parte deles de origem tácita e específica, fortalecendo a produção, técnicas e tecnologias dos agentes locais. O processo de intercâmbio entre os envolvidos cria sistemas complexos e únicos, que se modificam conforme os estímulos do ambiente competitivo, apresentando diferentes graus de desenvolvimento. A heterogeneidade e complexidade dessas estruturas é inerente ao seu próprio gênese, uma vez que suas relações são influenciadas “conforme sua história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais nos quais se inserem, estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre agentes, formas de aprendizado e grau de disseminação do conhecimento especializado local” (SUZIGAN et al., 2004, p. 2).

Sampaio, Mantovaneli Junior e Pellin (2005) identificaram a existência de um importante APL no município de Bonito-MS, responsável por boa parte do sucesso do turismo empregado na região. Sua estrutura se organiza por meio da integração de guias locais, empreendedores de pequenas pousadas, donos de pequenos restaurantes, proprietários rurais onde se localizam os principais atrativos locais e microrregionais, incipiência de produtores de produtos coloniais e artesãos. Considerou-se nesta pesquisa os seguintes membros do APL de Bonito: empreendedores de pequenas pousadas, donos de pequenos restaurantes, artesãos e prefeitura municipal.

##### **4.2 O Potencial do Turismo de Base Comunitário (TBC) em Bonito-MS**

Não foram encontradas evidências teóricas que tratassem o TBC de forma estruturada em Bonito-MS, desta forma escolheu-se analisar os seis elementos-chave de TBC propostos por Fabrino (2013).

###### **4.2.1 Dominialidade**

Um dos princípios norteadores do TBC advém do efetivo domínio da comunidade, de modo que haja controle e envolvimento com as atividades turísticas realizadas (DUARTE, 2013). De acordo com Fabrino (2013) o termo dominialidade diz respeito ao grau de controle da comunidade, em relação às atividades realizadas, abordando as dimensões de propriedade,

gestão e mão de obra (Quadro 1).

#### Quadro 1: Dominialidade

Elemento-Chave	Categoria	Características em Bonito-MS
Dominialidade	Propriedade	+ Empresa familiar + População local - Membros externos a comunidade
	Gestão	+ População local
	Mão de obra	+ População local

Fonte: elaborado pelos autores.

As constatações realizadas no município de Bonito-MS mostram muitas **empresas familiares** e comumente os proprietários e os gestores são membros da mesma família: “O proprietário daqui é minha mãe, mas quem montou a pousada foram meus pais [...], a gente ajuda [irmãos/filhos] no que tem pra fazer, no geral” (Pousada A); “O prédio é do meu sogro [...]. Eu e minha esposa [assumimos a gestão]” (Pousada B). Os empregos gerados são preenchidos majoritariamente por membros da própria comunidade (**população local**): “[...] são cinco funcionários [da população] local” (Pousada A); “[...] emprego dez pessoas [...] sete são daqui e três vieram de outro estado” (Restaurante A).

Vale salientar que algumas organizações pesquisadas foram criadas por **membros externos a comunidade** que enxergaram o potencial turístico da região: “[...] a gente morava em São Paulo [...] meu pai era da polícia civil, ele se aposentou [...] ele se encantou com os rios [...] ele resolveu trazer a família e montar um negócio, no caso surgiu a pousada [...]” (Pousada A); “É da família da minha esposa; em 2000; eles tinham passeio, aí compraram a propriedade e fizeram a pousada [...]. Ele é de Minas, mas mora aqui há uns 30 anos” (Pousada B); “Eu sou de Bela Vista, que é uma cidade que faz fronteira com o Paraguai [...]. Meu esposo veio administrar uma fazenda e eu vim junto [...] é nesse lugar onde eu comecei a trabalhar [...] eles queriam abrir um restaurante dentro do passeio turístico [...] e eu vim e a inaugurei o restaurante trabalhei com essa empresa um ano e meio [...], e em 2016 abri o restaurante.” (Restaurante Espaço Jack).

#### 4.2.2. Organização Comunitária

Fabrino (2013) define que o critério da organização comunitária visa entender os modelos e processos de gestão aplicados, com foco nos princípios do turismo de base comunitária, além das interações que realiza com o meio externo (Quadro 2).

#### Quadro 2: Organização Comunitária

Elemento-Chave	Categoria	Características em Bonito-MS
Organização Comunitária	Organização interna	+ Organização por meio de associações + Conselho Municipal de Turismo de Bonito - COMTUR - Inexistência de uma Organização em prol do TBC

Fonte: elaborado pelos autores.

Diversos membros que compõem o turismo de Bonito-MS se **organizam por meio de associações**, as quais são subdivididas de acordo com a área de atuação do empreendimento: “Eu faço parte da associação Abrasel [Associação Brasileira de Bares e Restaurantes], nós temos sempre as reuniões” (Restaurante A); “A gente é sócio da Abrasel, sempre tem alguma coisinha a gente participa” (Restaurante B); “[...] sou de uma associação de artesãos” (Artesã), tais associações possuem importante papel dentro do setor turístico, uma vez que representam espaços de fortalecimento e diálogo entre os associados.

Estas organizações representam entidades participativas no **Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR)**, o qual possui o objetivo de implementar a política municipal de turismo, indústria e comércio, como órgão consultivo e de assessoramento.



Atualmente é composto por quatro membros da Prefeitura e seus suplentes e um membro e suplente da Associação Bonitense dos Proprietários de Agências de Ecoturismo (ABAETUR), Associação Bonitense de Hotelaria (ABH), Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Bonito/MS (ABRASEL), Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Associação Bonitense das Empresas de Transportes Turísticos e Locadoras (ABETTUL), Sindicato Rural e Patronal de Bonito, Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR), Bonito Convention & Visitors Bureau (BCVB) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A missão do COMTUR é “Fomentar e normatizar a atividade turística no município de Bonito, de forma integrada e sustentável, visando o desenvolvimento econômico e social de toda a comunidade, por meio da excelência na qualidade dos serviços” (BONITO, 2014), portanto é preciso destacar que as ações realizadas pelo conselho precisam extrapolar fatores meramente econômicos, capaz de gerar impactos sociais para toda a comunidade. Dentre os membros do COMTUR não foram identificadas organizações comunitárias formadas por trabalhadores, artesãos ou moradores de Bonito-MS, que não façam parte das entidades acima citadas, “[...] pelo o que eu sei estão meio quietos, não fazem parte hoje [...] [referente às associações de Moradores]” (Secretário Municipal de Turismo). Não distante desta realidade, **não foi identificado à existência de organizações em prol do TBC.**

#### 4.2.3 Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios

De acordo com Fabrino (2013) o elemento democratização de oportunidades e repartição de benefícios busca identificar a existência de acordos/mecanismos que visem repartir os benefícios das atividades turísticas praticadas, para toda a comunidade e revelar o acesso democrático da comunidade, para com as atividades relacionadas ao turismo (Quadro 3).

**Quadro 3:** Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios

Elemento-Chave	Categoria	Características em Bonito-MS
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios	Mecanismos financeiros	- Inexistência de mecanismos financeiros específicos
	Acordos comunitários	+ Os passeios municipais não são pagos pelos moradores - Não existem acordos comunitários formalizados + Existência de uma dinâmica de solidariedade

Fonte: elaborado pelos autores.

A comunidade de Bonito-MS **não conta com acordos financeiros** que visem propiciar aportes para o desenvolvimento de um turismo mais igualitário, “Ah, você fala assim valores, essas coisas assim? Olha não tem algo assim, é bem tipo, um relacionamento, digamos, empresarial [...]” (Secretário Municipal de Turismo). Toda a disponibilidade de crédito para os negócios advém de bancos comerciais, que não são relacionadas ao desenvolvimento comunitário, “[...] existe financiamento sim, do banco, da caixa, mas não é devido ser uma cidade turística. [Banco Comercial]” (Posada Jarinu), “Só nos Bancos mesmo. Que venha por um órgão do Turismo [...] nunca bateu a porta aqui ninguém falando [...]” (Restaurante A).

Existem dois atrativos turísticos que pertencem ao município, sendo eles, o balneário municipal e a gruta do lago azul, estes são os únicos **passeios que tem sua gratuidade garantida** para os moradores da região, “[...] o Bonitense tem acesso livre a Balneário Municipal e a Gruta, que são passeios do Município [...]” (Pousada A), “Como bonitense tenho livre acesso no balneário municipal, pra isso basta comprovar que tem residência

aqui.” (Pousada B). Os demais passeios costumam oferecer algum tipo de benefício aos moradores da comunidade, mediante disponibilidade de vaga e aviso prévio, todavia isso não é garantido por **nenhum acordo comunitário ou lei específica**, se baseando apenas na política de cada passeio. “[...] quanto é passeio particular, como os outros, Bonitense tem desconto ou até consegue cortesia” (Pousada A), “[...] do passeio, vai da política de cada passeio, tem passeio que tem tarifa mais baixa” (Pousada B), “[...], a gente vai até a agência e normalmente a gente consegue a cortesia, só paga a taxa do guia.” (Restaurante B).

Foi identificada uma **dinâmica de solidariedade entre os negócios**, já que uns indicam os outros sem nenhum tipo de troca financeira direta entre os envolvidos, “[...] quando eles perguntam onde que tem, a gente fala ‘ah tem a pousada tal, a pousada tal’, a gente não deixa de informar” (Artesã Maria de Jesus), “[...] um que eu sempre indico é a ‘Casa do João’, é um dos mais conhecidos e eu particularmente já fui algumas vezes e indico bastante [...]” (Pousada A), “Parceria financeira não há, mas é parceria por conhecer o gerente, quem trabalha.” (Pousada B), “[...] aqui a gente trabalha assim, eu indico hotel, indico restaurante, porque de certa forma eu sei que outros também me indicam [...] eu tenho restaurantes também, que me indicam, por exemplo [...]” (Restaurante A), “Sim, tranquilamente, vai depender muito do perfil do turista [...] Já teve agências disseram ‘eu vou te indicar, você me paga 10%’ eu disse ‘você me desculpa, mas esse não é meu propósito’” (Restaurante B).

#### 4.2.4 Integração econômica

O elemento chave integração econômica busca indicar a relação entre a atividade turística e as outras atividades econômicas da região, identificando se a população local fornece insumos e comercializa produtos de sua localidade (FABRINO, 2013) (Quadro 4).

**Quadro 4:** Integração econômica

Elemento-Chave	Teoria	Características
Integração econômica	Fornecimento de Insumos	+ Alguns produtos perecíveis são comprados da comunidade. + Compra de produtos em feiras e assentamentos do município. - Alguns produtos são comprados de fornecedores externos.
	Comercialização de Produtos	+ Associação de artesãos regionais, com local reservado. + Venda direta a turistas e lojas de artesanato. - Venda de produto da cultura regional, fabricada por agentes externos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os empreendimentos pesquisados **compram alguns insumos da própria comunidade**, normalmente produtos alimentícios perecíveis e produzidos pelos próprios moradores da região, “[...] para o café da manhã; queijos, frutas, é tudo local” (Pousada A), “Produzido em bonito, [...] o queijo” (Pousada B), “As nossas hortaliças são todas compradas de pessoas que têm na cidade uma horta [...]” (Restaurante A). Dois empreendimentos **adquirem parte dos insumos em feiras e assentamentos locais**, focando suas compras em produtos orgânicos, “Tem a feira aqui, todo sábado, geralmente a gente vai ver alguma coisa orgânica [...]” (Restaurante B), “[...] o que eu posso comprar do pessoal de assentamento a gente compra: abobrinha verde, um tomate rasteiro, tomate cereja; a gente sempre compra deles.” (Restaurante A).

Todavia o montante dos insumos adquiridos da própria comunidade ainda é baixo, uma vez que **parte significativa é adquirido em outras localidades**, “O restante é os alimentos do frigobar, que a gente serve, que a gente compra de fora, do atacadão no caso; produtos de limpeza também compramos de fora, é mais barato” (Pousada A), “Produzido em bonito, só o queijo” (Pousada B), “Mas bem pouco, vamos dizer de 100%, compramos

10%, o resto tudo a gente já tem fornecedor certo” (Restaurante B).

Quanto aos espaços de comercialização direta de artesanato para os turistas e demais moradores, constatou-se a existência de um espaço físico (cedido pela prefeitura), composto por diversas barraquinhas, localizadas em frente à sede da prefeitura municipal, o qual fica **disponível para artesãos que produzem seus produtos e são vinculados a uma associação**, “*Eu que faço, são minhas mesmas. Desde colher a semente, a tudo [...] eu sou independente, sou de uma associação de artesãos*” (Artesã). A Artesã entrevistada também informou que existe compra de seus produtos por parte da comunidade local, principalmente em datas festivas, todavia o volume de **compra maior ocorre por parte dos turistas e das lojas de artesanatos local**, “*Compra, principalmente quando tem festa, aniversário [...] O público maior é turista e daqui de loja*” (Artesã).

Exceto o espaço acima citado, nenhum dos entrevistados comercializa produtos regionais aos turistas. Inclusive foi constatado a **venda de produtos da cultura regional, produzidos por agentes externos** “[...] *o doce eu dou de cortesia, que vem de Maringá*” (Restaurante B), “*Eu não tenho ainda, comercializei e parei, e vamos voltar de novo, que é os kits de tereré, que é uma lembrança daqui a gente tinha, parou, e agora vai voltar de novo. Vendo o produto que é natural daqui, no caso o tereré, mas o produto em si não é feito aqui*” (Pousada B).

#### 4.2.5 Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental busca entender como a comunidade lida com o saneamento ambiental e como administra seus recursos naturais locais (FABRINO, 2013) (Quadro 5).

**Quadro 5:** Qualidade Ambiental

Elemento-Chave	Teoria	Características
Qualidade Ambiental	Saneamento Ambiental	+ Coleta Pública de resíduos sólidos; - Destinação inadequada do lixo; - Reciclagem de parte dos materiais; - Compostagem (insuficiente); + Fornecimento público de água potável; + Coleta pública de águas pluviais e residuais; - Tratamento de esgoto (insuficiente).
	Manejo dos Recursos Naturais	+ Lei orgânica municipal + Áreas de Preservação Permanente (APP) + Existência de Unidades de Conservação (UC) + Existência de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: elaborado pelos autores.

Com relação aos resíduos sólidos, a comunidade de Bonito-MS conta com a **coleta pública de lixo** todos os dias da semana, o qual é destinado para “[...] *um aterro municipal, que já foi um aterro controlado e hoje tá com cara de lixão, nós estamos esperando o aterro sanitário do município de jardins entrar em operação*” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). **Parte dos materiais recicláveis é coletado** “[...] *de segunda a sábado*” (Secretário Municipal do Meio Ambiente) e destinados para a Associação Recicla Bonito “[...] *uma associação de catadores de material reciclável, [...] formalizada em 2016, que tem subsídio e apoio do município para funcionar*” (Secretário Municipal do Meio Ambiente).

O município realiza a **compostagem de parte do lixo orgânico**, todavia a quantidade processada ainda é muito baixa, em vista do volume de lixo orgânico produzido diariamente “[...] *pelo volume que é produzido no município, teria que fazer compostagem em escala industrial [...]*” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). Toda a população tem acesso ao **abastecimento público de água**, a qual é coletada por meio de poços subterrâneos, além da existência de algumas “[...] *iniciativas privadas que têm reuso da água fluvial*” (Secretário

Municipal do Meio Ambiente). A **coleta de águas pluviais** acontece no município, assim como a de esgoto, o qual “[...] até 2012 nós tínhamos 100% de rede instalada, aí a cidade cresceu, posso dizer que hoje nós temos aí cerca de 97% de rede coletora de esgoto” (Secretário Municipal do Meio Ambiente).

Entretanto, **parte do esgoto coletado não é tratado** na estação de esgoto, já que ela foi planejada, no ano de 2006, para atender uma população total de cerca de 25 mil habitantes; porém, no ano de 2019 a população já beira 22 mil habitantes, “[...] cerca de 19000 habitantes na área urbana, só que nós temos uma população flutuante que na média não baixa de 5.000 turistas [...]” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). O número de turistas sobe ainda mais nos períodos de alta temporada, praticamente dobrando a população, “[...] chegamos a receber de 14.000 a 17.000 visitantes, então praticamente dobra a população [...]” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). Por consequência, a estação de tratamento fica sobrecarregada e não consegue processar os dejetos, “[...] a estação de tratamento não dá conta; aí ele é coletado pela rede e ele excede a capacidade tratamento da estação, ele vai para o vertedouro e acaba indo para o curso d’água” (Secretário Municipal do Meio Ambiente), o que pode prejudicar o ecossistema da região, além de acarretar futuras consequências econômicas, para toda a comunidade bonitense.

Referente ao manejo dos recursos naturais de Bonito-MS o “[...] arcabouço jurídico da parte ambiental é bem extenso, a começar pela **lei orgânica do município**, que [diz que] a faixa de preservação permanente dos córregos urbanos [...] é de 30m, o código florestal fala de 15m; e nas áreas rurais a **faixa de proteção de APP** mínima é de 50 metros, independente da área do curso d’água [...]” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). Existe também o Decreto Municipal nº 38, de 07 de Março de 2018 que “[...] transforma as margens direita e esquerda do rio formoso, da nascente a sua foz, incluindo as áreas úmidas como área de interesse social, o que eleva o status dessa área a app, conforme prevê o código florestal” (Secretário Municipal do Meio Ambiente).

O município também conta com algumas **Unidades de Conservação (UC)**, neste tipo de enquadramento consta o “[...] parque nacional da serra de Bodoquena, [...] o monumento natural das grutas do lago azul [...] que envolve as duas grutas [e o] monumento natural do rio formoso” (Secretário Municipal do Meio Ambiente). Além da existência de “[...] nós temos [...] 7 **RPPN’s**” (Secretário Municipal do Meio Ambiente).

#### **4.3 Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária – (APL.COM) em Bonito-MS**

O TBC ocorre mediante o controle efetivo da população local para com o desenvolvimento e gestão dos empreendimentos, sustentado sob a óptica da gestão familiar ou comunitária (REDE TUCUM, 2012). Neste tipo de turismo, a comunidade local tem controle substancial e participação ativa nos processos de decisão e desenvolvimento do turismo na região, promovendo uma permanência significativa dos benefícios gerados na própria comunidade (WWF-INTERNATIONAL, 2001). No município de Bonito-MS foi identificado que a propriedade, gestão e mão de obra pertencem a membros que residem na comunidade de bonito há pelo menos 20 anos, ou são naturais da região, todavia boa parte dos entrevistados vieram de outras regiões, para trabalhar nos atrativos ou empreender no setor do turismo, já estabelecido. Sendo assim, seguindo os pressupostos do TBC, é preciso fortalecer o processo de domínio da própria comunidade, evitando que membros externos predominem no mercado local.

Fabrino (2013) elaborou uma compilação de definições do TBC, no presente trabalho utilizou-se tais casos práticos para facilitar o entendimento do tema: Prainha do canto verde, Projeto bagagem e Fazenda modelo quilombo d’oiti. Este modo de organização visa aperfeiçoar a organização comunitária, valorizando manifestações culturais e o estilo de vida local (PRAINHA DO CANTO VERDE, 2019). Portanto, não se deve visualizar as atividades

do TBC apenas como geradoras de renda e riqueza empresarial, mas também como ferramentas para fomentar e desenvolver a organização comunitária, o desenvolvimento local e a cogestão (TURISOL 2008). A comunidade foco desta pesquisa se organiza por meio de associações, ordenadas de acordo com o segmento dos empreendimentos participantes. Cada associação possui reuniões específicas, para tratar de assuntos relacionados a seu segmento.

O conjunto sistematizado destas e outras organizações, juntamente com membros do poder público, forma o Conselho Municipal de Turismo de Bonito – COMTUR, o qual serve de espaço para discussões e sugestões quanto aos caminhos que o turismo do município deve seguir. Todavia em nenhum desses espaços foi identificadas associações e cooperativas formadas por moradores locais, que não sejam donos diretos dos empreendimentos, esta falta de participação civil encobre parte das demandas sociais da região. Este exíguo protagonismo comunitário está diretamente ligado com a ausência de uma organização em prol do TBC, o que delonga a formação de uma consciência colaborativa nos moradores.

Para Maldonato (2009) neste tipo de modelo turístico os aspectos humano e cultural permeiam os acordos firmados entre as partes, fomentam um diálogo entre iguais e instigam intercâmbios culturais entre comunidade e visitante, sustentando essas interações sob as bases tanto da cooperação e equidade no trabalho, quanto na distribuição justa dos benefícios gerados para a comunidade. Os empreendimentos pesquisados não possuem acesso a nenhum tipo de mecanismo financeiro ou fundo comunitário voltado ao desenvolvimento de um turismo mais igualitário, sendo obrigados a realizarem suas adequações por meio de bancos tradicionais; esta ausência de apoios financeiros específicos pode inviabilizar projetos voltados ao TBC na região.

Também foi identificada a existência de dois passeios, pertencentes ao município, que oferecem gratuidade aos moradores; todavia todos os demais passeios funcionam de acordo com suas próprias políticas, por vezes oferecendo descontos e gratuidade para os moradores, porém não existem acordos formais que assegurem benefícios aos membros da comunidade, que ficam à mercê dos atrativos turísticos particulares. Deste modo, é preciso criar ferramentas que democratizem os espaços turísticos aos moradores do local, contribuindo para o acesso destes. O pensamento coletivo, mesmo que ínfimo, aparece de maneira sutil entre os empreendimentos, uma vez que um negócio indica outro sem nenhum tipo de troca financeira direta; este ato, mesmo que inconsciente, cria um ambiente de colaboração e distribuição mais equitativa dos benefícios gerados entre os envolvidos.

O modelo de turismo comunitário prevê que as comunidades organizem seus arranjos produtivos locais de forma associativa, controlando de maneira efetiva suas terras e atividades turísticas (CORIOLANO, 2009). Apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência e diálogo social, que visa conservar os tradicionais modos de vida e a biodiversidade regional, focando suas ações no consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO et al, 2001). Os proprietários dos empreendimentos da comunidade pesquisada compram alguns produtos perecíveis da própria comunidade, parte deles são adquiridos em feiras e assentamentos do município, fortalecendo o comércio local e a circulação de renda. Entretanto, parte considerável dos insumos vêm de agentes externos a comunidade, acarretando o escoamento de boa parte do dinheiro para outras regiões.

Ainda no aspecto da venda de produtos regionais, identificou-se a existência de uma associação de artesãos, com local reservado, que realiza a venda direta de seus produtos para turistas, moradores e lojas de artesanato, contribuindo pro fortalecimento da identidade cultural e simbólica da região. Contudo alguns empreendimentos realizam a venda de produtos típicos da cultura local, fabricados por agentes externos, exaurindo a identidade dos produtos locais e enfraquecendo a economia local.

Neste tipo de turismo a própria comunidade é proprietária e gestora dos empreendimentos turísticos e existe uma constante preocupação em utilizar os recursos

naturais de maneira responsável e assegurar ações de conservação da natureza (PROJETO BAGAGEM, 2019). O cerne deste modelo propõe-se a harmonizar objetivos ambientais, sociais, culturais e econômicos e estabelece roteiros com o mínimo impacto possível (FAZENDA MODELO QUILOMBO D'OITI, 2019). No município de Bonito-MS existe coleta de lixo todos os dias da semana, porém estes resíduos são descartados de maneira inadequada em um lixão que não possui tratamento adequado destes materiais, o que acarreta possíveis consequências para as gerações vindouras. Além disto a reciclagem dos materiais e compostagem ainda são insuficientes para a devida conservação ambiental.

Existe coleta pública das águas pluviais e residuais por parte do setor público e algumas iniciativas privadas e toda a região é atendida pelo fornecimento público de água potável. Porém o tratamento do esgoto ainda é insuficiente, por conta do grande número de população flutuante (turistas). Por conta disso, parte considerável do esgoto é lançada diretamente em cursos d'água, o que contribui para degradação dos recursos naturais da região, a qual se apresenta como destino ideal do ecoturismo, contradizendo assim sua própria lógica de classificação.

O arcabouço jurídico da região é bem extenso e contribui para a preservação dos recursos naturais. Parte dele é composto pela lei orgânica do município, além da existência de Áreas de Preservação Permanente (APP), Unidades de Conservação (UC) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O desenvolvimento do turismo no âmbito de um arranjo socioprodutivo encontra condições favoráveis no município; todavia é preciso fortalecer diversos aspectos apresentados acima, aliado a construção de um pensamento mais coletivo e participativo entre os membros do APL e toda a comunidade.

O desenvolvimento no contexto territorial, tanto do arranjo socioprodutivo quanto do TBC, sugere uma relação de benefícios mútuos: enquanto o APL.COM tem suas atividades estimuladas pelo turismo, o TBC conta com o esforço coletivo promovido pelo arranjo; o turismo constrói seu alicerce de desenvolvimento pautado nas atividades tradicionais, e as atividades tradicionais se fortalecem enquanto práticas, técnicas e modos por meio de sua participação direta no TBC. Esta interdependência evidenciada caracteriza a potencialização que ambos proporcionam entre si. O turismo comunitário atua por meio da integração com as atividades econômicas de uma localidade; como resultado, há o fortalecimento de atividades tradicionais como principais atrações (LENZ, 2011).

Ou seja, para a construção de um arranjo socioprodutivo de base comunitária é preciso desenvolver e fortalecer constantemente os elementos e características que embasam o turismo de base comunitária, uma vez que estes possuem uma relação de interdependência. A consolidação destes princípios por parte da comunidade é realizada por meio do reconhecimento desta enquanto construtora de sua própria realidade, de modo que suas tradições e modos de vida sejam parte essencial do turismo local.

## **5. Considerações Finais**

Este trabalho possibilitou vislumbrar aspectos relacionados ao potencial de desenvolvimento de um Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária, por meio da identificação dos elementos chaves do turismo de base comunitária, no município de Bonito-MS, analisados sob a perspectivas de membros do APL existente na região. Partindo da avaliação processual e dos resultados obtidos por meio da experiência com os atores supracitados, é possível identificar que diversos elementos já integram o atual modelo turístico, favorecendo a criação de uma APL.COM, todavia outros carecem de farto afínco para seu desenvolvimento.

É preciso concentrar esforços para o desenvolvimento de espaços participativos para toda a comunidade, estimulando o pensamento coletivo e fomentando a organização comunitária. Sendo assim, os arranjos socioprodutivos de base comunitária surgem como

alternativas para o desenvolvimento de relações mais solidárias na economia local, suplantando a exígua lógica utilitarista; eles assumem o papel importante de inserir o turismo comunitário na economia de mercado.

O presente estudo contribui para a academia, uma vez que explora um tema ainda prematuro na realidade brasileira, sobretudo em territórios turísticos pertencentes à região sul-mato-grossense. Já as contribuições sociais e ambientais se sustentam pela própria lógica do arranjo socioprodutivo de base comunitária, o qual preza pela efetiva participação da comunidade e incorporação dos socialmente excluídos nas atividades desenvolvidas, aliado com a conservação e manutenção dos recursos naturais do território; aspectos estes, que foram tratados como potencialidades para o desenvolvimento do APL.COM no local.

Quanto as limitações da presente pesquisa, é preciso destacar que os resultados encontrados não podem ser extrapolados para todo o universo em estudo, uma vez que necessita da investigação dos demais membros que compõem o APL de Bonito-MS. As estruturas e relações investigadas são moldadas a partir da cultura e costumes locais. Sendo assim, os resultados obtidos e indicações realizadas não devem ser entendidos como padrão para outros casos. Por fim, sugere-se uma investigação mais profunda de todos os elementos-chaves do TBC, levantados por Fabrino (2013), de forma que o estudo seja capaz de averiguar os diversos aspectos subjetivos das relações que permeiam a totalidade dos membros do APL de Bonito-MS.

## Referências

- ARAÚJO, Guilherme Pinto; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008.
- ARAÚJO, Guilherme Pinto; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Márcia Silveira. **Do turismo de massa ao turismo educativo em Zonas Costeiras: diagnóstico do turismo na área de entorno da Lagoa de Ibiraquera** (Garopaba e Imbituba, SC). In: VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Curitiba, 2004. Anais. Curitiba: UNICENP, 2004.
- ARAÚJO, Marina. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.
- BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2009.
- Bonito. (2014). **Boletim Informativo sobre o município de Bonito**. Disponível em: <http://www.turismo.bonito.ms.gov.br/comtur/boletins-informativos>. Acesso: 14 jun. 2019.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: princípios e prática**. Bookman, 2000.
- COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisas em administração**. 10. ed. Porto Alegre. Bookman, 2011.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO, Davis Gruber, BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.
- CORIOLOANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Repensando o turismo comunitário e solidário**. Anais do X Seminário Internacional de Turismo (pp. p. 01-21). Curitiba: UNICENP, 2008.
- COSTA, Achyles Barcelos da; COSTA, Beatriz Morem da. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais**. RDE Desenvolvimento Econômico, v. 9, p. 51 citation\_lastpage= 60, 2007.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. Os fundamentos e o fortalecimento do turismo comunitário a partir da rede tucum-ce. **Revista Gestão & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FAZENDA MODELO QUILOMBO D'OITI. **Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://quilombodoiti.blogspot.com> Acesso em 16/06/2019.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, p. 386, 1995.

FOX, Irving K. Institutions for water management in a changing world. **Natural Resources Journal**, New Mexico, v.16, p.743-758, oct., 1976.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONDIM, Linda. Modelos alternativos de planejamento e gestão urbana: tendências, possibilidades, limitações. **Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro**, v. 36, n. 191, p. 6-15, 1989.

IRVING, Marta Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

LENZ, Talita Cristina Zechner. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HENRIQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida; DÉJARDIN, Isabelle Pedreira; SILVA, Francisca de Paula Santos da. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. **El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad**, n. 24, p. 187-207, 2013.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

POSSAS, Maria Silvia. **Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista**. Tese de Doutorado – UNICAMP. Campinas, 1993.

PRAINHA DO CANTO VERDE. **Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://prainhadocantoverde.org/turismo-cumunitario/>. Acesso em 16 jun. 2019.

PROJETO BAGAGEM. **Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://www.projetobagagem.org> Acesso em 16/06/2019.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

REDE TUCUM. **Relatório da VI Assembleia da Rede Tucum**. 2012.

Roesch, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 3. ed. São Paulo.



Atlas, 2013.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Editora Garamond, 2003.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v. 10, n. 4, p. 292-301, 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Flávia Keller; FALK, Vanessa Cristina Venzke. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Turismo, Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 244-262, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; BERBERI, André; DREHER, Marialva. **Arranjo socioprodutivo local de base comunitária**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2006, Brasília (DF). Anais, Brasília, 2006.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney; PELLIN, Valdino. Para pensar a socioeconomia das organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 109, p. 49-80, 2011.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Valdino. Arranjo produtivo local: estratégia para promoção do desenvolvimento sustentável. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 2004, Santa Cruz do Sul (RS). Anais..., Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Valdino. Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa Rosa de Lima (SC). **Turismo Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 69-91, 2005.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. **Sustentabilidade em Debate - Brasília**, v. 3, n. 2, p. 61-70, jul/dez. 2012.

SILVA, Katia T. P.; RAMIRO, Rodrigo; TEIXEIRA, Breno S. Fomento a turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 543-562, 2004.

WWF-INTERNACIONAL. **Guidelines for community-based ecotourism development**. Disponível em: <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf> Julho de 2001. Acesso em 16 jun 2019.